



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Declaração Política
Empresa Parque Escolar
Deputado **Miguel Tiago**
27JAN10

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Antes de dar início a esta declaração política, aproveito apenas para saudar a luta dos enfremeiros portugueses que hoje iniciam uma greve em defesa das suas carreiras e da sua justa remuneração, sendo estes profissionais um pilar fundamental do SNS que continua a ser atacado pelo Governo.

Srs Deputados

A aversão do Governo à intervenção do Estado, ao controlo e escrutínio público das opções, dos gastos e dos investimentos que, à medida das necessidades de propaganda, vão sendo feitos, e que contornos obsessivos no que toca à política de gestão do parque escolar português levou o Governo a criar uma empresa para gerir como se gere um negócio todas as escolas do Ensino Secundário e, gradualmente, também muitas do Ensino Básico. Essa empresa vem, porém, criar outras possibilidades: que se contornem os procedimentos de contratação, os princípios da transparência das contas públicas e dos contratos que envolvem o Estado e que assim se estabeleçam contratações absolutamente insondáveis, blindadas à fiscalização pública.

A Parque Escolar EPE é uma empresa, gerida e orientada de acordo com o objectivo da obtenção de lucro e de fazer negócio com os direitos dos portugueses, em particular dos estudantes. Desde logo, uma dúvida se levanta: se a empresa passa a tutelar todo o parque escolar, a determinar os seus usos, a sua gestão, o que sucederá quando o Governo entender privatizá-la?

Como se articula e processa a relação entre a direcção de cada escola e a empresa que lhe gere o espaço onde labora? Como se justifica que seja uma empresa a decidir que investimentos são feitos no parque escolar português? Por que motivos é uma empresa a ditar o que é ou não concessionado ou privatizado entre bares, cantinas, refeitórios e papelarias? Por que é uma empresa a determinar que equipamentos móveis se comprem para uma determinada escola? A desresponsabilização da tutela política é tão evidente que o Governo, quando questionado pelo PCP sobre um pavilhão desportivo numa determinada escola, afirma mesmo que já nada pode dizer sobre a sua construção ou não, pois é agora a Parque Escolar que define esses investimentos. Esperemos não chegar o dia em que o Governo privatiza a empresa e assim entrega directamente na mão dos privados a gestão de todo o parque escolar.

Mas outras dúvidas se levantam mesmo enquanto isso não acontece: Como escolhe a Parque Escolar os projectos, as equipas projectistas, como adjudica os trabalhos de engenharia e construção, que correspondem no total das intervenções faseadas a 2,5 mil milhões de euros.

Dirá o PS, na sua ladainha maniqueísta, que o PCP se opõe à modernização do parque escolar. E rapidamente dizemos que quem se opôs a uma modernização gradual e a uma manutenção apropriada das escolas foram

PS e PSD que, na habitual alternância de poder, permitiram que as escolas atingissem o grau de deterioração que conhecemos. E foi sempre o PCP ao longo destas décadas que trouxe a esta Assembleia a necessidade urgente de cuidar das escolas, enquanto PS e PSD permitiram que escolas fossem provisórias em barracões por mais de 30 anos. Mas a urgência da intervenção nas escolas não pode justificar tudo e, para o PCP, não pode justificar a falta de transparência e rigor, não pode justificar a forma atabalhoada como a Parque Escolar, pressionada pela agenda do Primeiro-Ministro, vai apressando inaugurações. Não pode justificar que Milhões de Euros sejam pagos a gabinetes de projectistas sem a mínima justificação, que milhões sejam pagos a um conjunto reduzido de empresas escolhidas entre as grandes construtoras do país, sem que sequer seja cumprida a divulgação dos critérios e das justificações no portal da Parque Escolar, como estabelece a lei.

O carácter de excepcionalidade e urgência da requalificação do Parque Escolar e a constituição de uma empresa que passa a tutelar, para todos os efeitos, essa requalificação são afinal de contas os pretextos para proceder a um conjunto vastíssimo de ajustes directos que, no mínimo, devem ser questionados.

Gabinete de Arquitectura e Serviços X– 1.474.124€ por ajustes directos para 8 escolas.

Arquitectos Y – 404.088 €

Z Arquitectos – 493 234 €

São nomes fictícios, com valores reais respeitantes aos anos de 2007 e 2008 que não surgem justificados em nenhum documento. Mas são apenas 3 casos de centenas de outros que surgem na lista de ajustes directos feitos pela Parque Escolar sem qualquer justificação. É ilustrativo

que em 567 contratações feitas em 2007 e 2008 pela Empresa, 421 tenham sido feitas por ajuste directo sem justificação. Não nos cabe levantar suspeitas, mas denunciar opacidades. Mas ao Governo sim, cabe dissipar suspeitas e garantir a transparência.

Para clarificar todos os contornos desses negócios de milhões, o PCP proporá à Assembleia da República que requeira ao Tribunal de Contas uma Auditoria à actividade da Parque Escolar.

As situações como a da escola Gil Vicente em que a direcção Escola não é tida nem havida na execução do projecto, em que o pavimento está completamente arruinado em alguns locais da escola e onde os revestimentos interiores já cederam às infiltrações, ou como a da Garcia de Orta em que os tectos, os quadros e divisórias caíram, onde houve inundações e fugas de gás, entre muitos outros casos de insuficiências detectadas na construção ou concepção das novas instalações não podem passar em branco.

Muita construção, pouca reflexão.

Na verdade, o Governo criou um plano de injeção de 2,5 mil milhões de euros nas contas de um punhado de empresas escolhidas não se sabe como, encomendou construções à pressa para se desdobrar em inaugurações que sacrificam muitas vezes a qualidade da obra, e assim vai escondendo que por detrás dos belos edifícios, das paredes novas e dos quadros interactivos, está uma escola onde as pessoas contam cada vez menos, onde a educação é cada vez o menos importante.

Professores ofendidos, estudantes convertidos em números e estatísticas, auxiliares desmotivados e sem recursos, tarefeiros e Contratos de Emprego-Inserção, democracia empobrecida, escola tornada em empresa é o que resta dentro das paredes da propaganda do Governo.

A Escola Pública precisa de uma política centrada nos recursos humanos, que promova a requalificação do Parque Escolar de forma adaptada às exigências, mas sem contornar os mecanismos de escrutínio público. Pensada e reflectida, envolvendo a comunidade escolar e local, orientada para a melhoria das condições de ensino e não para a distribuição de trabalhos a empresas escolhidas sem transparência, não para satisfazer a necessidade evidente que tem este Governo e o seu primeiro-ministro de esconder atrás de obras, o real carácter da sua política de direita, que se traduz, todos os dias, num verdadeiro ataque à Escola Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade.

Disse,